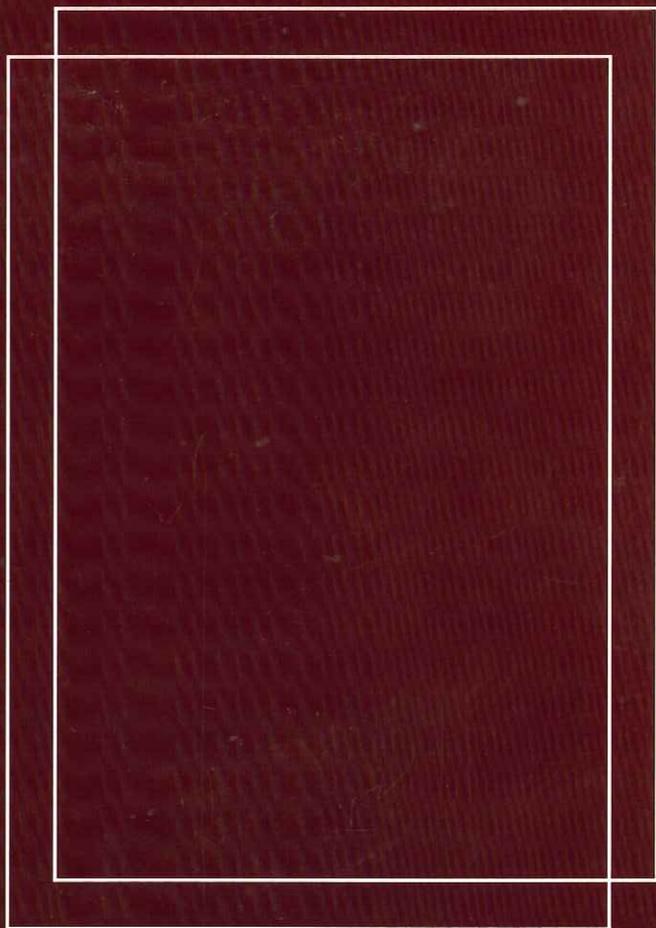


DEZ ANOS DE CRIME EM PORTUGAL

Análise longitudinal da criminalidade participada às polícias (1984-1993)

Nelson Lourenço
Manuel Lisboa



CENTRO DE ESTUDOS
JUDICIÁRIOS

GABINETE DE ESTUDOS
JURÍDICO - SOCIAIS

CADERNOS DO CEJ

FICHA TÉCNICA

Edição

Gabinete de Estudos Jurídico-Sociais do
Centro de Estudos Judiciários

Fotocomposição e impressão

Escola de Artes Gráficas do Colégio Padre António de Oliveira
Estrada da Cartuxa - CAXIAS
2780 - 430 PAÇO DE ARCOS

ISBN 972 - 9122 - 17 - 2
Depósito legal 130695/98

DEZ ANOS DE CRIME EM PORTUGAL

*Análise longitudinal da criminalidade participada às polícias
(1984 - 1993)*

NELSON LOURENÇO

MANUEL LISBOA

LISBOA - 1998

NELSON LOURENÇO, Doutor em Sociologia, Professor da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Entre os seus trabalhos, destacam-se os livros *Família Rural e Indústria* e, como co-autor, *Em Terra de Tufões - Família e Etnicidade em Macau*, *Sociedade e Violência*, *The Rural Families in Europe*, *Representações da Violência e Violência Contra as Mulheres* e a publicação de artigos em várias revistas de ciências sociais, nacionais e estrangeiras. Membro do Conselho Superior de Assuntos Criminais, do Ministério da Justiça.

MANUEL LISBOA, Doutor em Sociologia, Professor da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. A sua actividade de investigação tem-se desenvolvido nas áreas da Metodologia e Técnicas de Investigação, da Sociologia das Organizações e da Sociologia das Inovações. É co-autor dos livros *Representações da Violência e Violência Contra as Mulheres* e autor de vários trabalhos sobre processos de inovação e mudança social em contextos organizacionais e na sociedade portuguesa. Director do SOCINOVA - Gabinete de Investigação em Sociologia Aplicada da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

NOTA DO GABINETE DE ESTUDOS JURÍDICO-SOCIAIS

Em 1993, o Centro de Estudos Judiciários, através do respectivo Gabinete de Estudos Jurídico-Sociais, abriu várias linhas de pesquisa sobre a administração da justiça e a realidade sócio-jurídica em que se inscreve a actuação dos tribunais, no intuito de promover e fomentar a investigação sociológica nessas áreas, ao tempo quase inexistente entre nós e considerada indispensável como elemento de apoio à formação de magistrados. Ao concurso efectuado na sequência da abertura das referidas linhas de pesquisa candidataram-se várias instituições universitárias, apresentando projectos de investigação diversificados. Entre os projectos seleccionados no âmbito desse concurso⁽¹⁾, conta-se o apresentado pelo Departamento de Sociologia da Universidade Nova de Lisboa, que nos propunha a pesquisa “Representação e prática da violência – Estudo para a instalação de um *Observatório da Violência*”, a ser efectuada pelo Prof. Doutor Nelson Lourenço, em colabora-

⁽¹⁾ Foram seleccionados dez projectos, para serem realizados, de forma escalonada, ao longo dos anos subsequentes. Dos estudos a que esses projectos deram lugar foi já publicado o de José Manuel Pureza (candidatado pelo Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra), *Tribunais, natureza e sociedade: o Direito do Ambiente em Portugal* (Cadernos do CEJ, n.º 16 – 1997), a cuja realização se associou o Centro de Estudos Ambientais e de Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça e a Direcção-Geral do Ambiente, entidade que financiou a pesquisa. Os restantes estudos, entretanto concluídos, serão publicados nos próximos números dos Cadernos do CEJ.

ção com o Dr. Manuel Lisboa, e abrangendo duas vertentes: a primeira, o estudo da informação estatística disponível relativamente aos crimes denunciados às polícias; a segunda, a análise das representações da sociedade portuguesa acerca da criminalidade.

A adopção deste projecto foi feita sem hesitações. Desde logo, pelo seu objectivo. Na altura, estavam em curso outras pesquisas, às quais o Gabinete de Estudos Jurídico-Sociais se encontrava igualmente ligado, que, todavia, visavam a compreensão da nossa realidade criminal numa perspectiva diferente daquela que nos era sugerida na proposta em causa. Referimo-nos, por um lado, aos estudos de vitimação do Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Justiça, da especial responsabilidade de Maria Rosa Crucho de Almeida, que tinham por objectivo revelar a forma como determinados crimes surgem efectivamente na sociedade⁽²⁾, ou seja, conhecer a base da "pirâmide da conflitualidade"⁽³⁾⁽⁴⁾; por outro lado, aos estudos sobre a administração da justiça em Portugal, levados a efeito por Boaventura de Sousa Santos, Maria Manuel Leitão Marques, João Pedroso e Pedro Moura Ferreira no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, com base em contrato promovido pelo Gabinete de Estudos Jurídico-Sociais e celebrado em 1991 com o Centro de Estudos Judiciários, estudos esses que, no tocante à questão criminal, incidiam fundamentalmente sobre os crimes submetidos a apre-

(2) Os estudos preliminares tendentes ao lançamento de um inquérito de vitimação tiveram início em 1986, por iniciativa do Gabinete de Estudos e Planeamento (GEP) do Ministério da Justiça, que convidou para se associarem ao projecto várias instituições com interesse na matéria, entre as quais o Centro de Estudos Judiciários, que tivemos a honra de representar. O grupo de trabalho então constituído procedeu em 1986/1987 à elaboração do questionário de que partiram os estudos de vitimação que viriam a ser levados a efeito pelo GEP nos anos 1988/1995, com a direcção de Maria Rosa Crucho de Almeida, a quem igualmente se deve a elaboração dos relatórios publicados (*Inquérito de vitimação 1989*, *Inquérito de vitimação 1992*, vols. I e II, *Inquérito de vitimação 1994*).

(3) Usando uma imagem de Boaventura de Sousa Santos, Maria Manuel Leitão Marques, João Pedroso e Pedro Moura Ferreira, na obra citada na nota seguinte (p. 44 ss.).

(4) Estudo destinado a conhecer a base da "pirâmide da litigiosidade" - circunscrito, porém, às infracções cometidas por jovens de 14 a 21 anos - foi também o estudo sobre delinquência juvenil auto-revelada, conduzido por mim própria, em colaboração com o Dr. Manuel Lisboa, no âmbito do projecto internacional sobre o mesmo tema, da iniciativa do Ministério da Justiça holandês (Eliana Gersão e Manuel Lisboa, "The self-report delinquency study in Portugal", em *Delinquent behavior among young people in the western world - First Results of the International Self-Report Delinquency Study*, Josine Junger-Tas e outros (ed.), Kugler Publications, Amsterdam/New York, 1994.

ciação judiciária⁽⁵⁾, ou seja, usando a mesma imagem, sobre os litígios situados no topo da “pirâmide da litigiosidade”⁽⁶⁾.

Faltava precisamente analisar o terceiro nível – ou seja, o plano intermédio - da realidade criminal, constituído pelos crimes participados às polícias, ou seja, pelos crimes a que a denúncia do seu cometimento deu existência oficial, independentemente do facto de terem ou não sido posteriormente objecto de apreciação judiciária. Era precisamente esse nível de conhecimento, inédito entre nós, que nos era proposto no projecto apresentado pelo Departamento de Sociologia da Universidade Nova de Lisboa, factor que militou, desde o primeiro momento, a favor da sua aceitação. Na verdade, teve-se de imediato consciência de que só a visão conjunta dos três eixos de análise da criminalidade permitiria compreender a nossa realidade criminal e nomeadamente os *percursos* do crime, desde a ocorrência na sociedade até à apreciação judiciária.

Ao interesse do objectivo do estudo acrescia, para dar força à proposta apresentada, a credibilidade da instituição proponente e a qualidade científica dos subscritores do projecto, o Professor Doutor Nelson Lourenço e o Doutor Manuel Lisboa, já conhecida por esta instituição, que tinha anteriormente publicado o livro de sua autoria *Representações da violência*⁽⁷⁾.

Para a realização do estudo – que, no tocante à parte que ora se publica, assenta fundamentalmente, pelas razões a que adiante se fará menção, nos dados referentes aos crimes participados à Polícia Judiciária - foi decisiva a adesão desta entidade ao projecto e a colaboração efectiva que prestou à sua realização, asseguradas pelos seus Directores-Gerais Dr. Mário Mendes e Dr. Fernando Negrão, personalidades a quem o Gabinete de Estudos Jurídico-

⁽⁵⁾ Este aspecto não constitui senão uma parte do contrato celebrado, que visava a elaboração de uma pesquisa destinada a analisar a actividade efectiva dos tribunais no domínio da conflitualidade civil e penal e a conhecer as representações e as imagens dominantes nos cidadãos relativamente à administração da justiça. A celebração do contrato foi acompanhada da realização de um protocolo com o Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Justiça, que tornou acessíveis aos investigadores os dados respeitantes à administração da justiça cível e penal em que assentou a pesquisa. O relatório final do estudo foi apresentado a público em 1995 e publicado no ano seguinte (Boaventura de Sousa Santos, Maria Manuel Leitão Marques, João Pedroso e Pedro Lopes Ferreira, *Os tribunais nas sociedades contemporâneas – O caso português*, ed. Centro de Estudos Sociais, Centro de Estudos Judiciários e Edições Afrontamento, 1996).

⁽⁶⁾ O topo da pirâmide da criminalidade foi igualmente estudado por Maria Rosa Crucho de Almeida em *Aspectos da administração da justiça penal*, Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Justiça, 1993.

⁽⁷⁾ Esse estudo constituiu o n.º 2/91 dos Cadernos do CEJ.

-Sociais exprime a sua profunda gratidão. Agradecimentos são devidos igualmente ao Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Justiça, cuja colaboração possibilitou a extensão da pesquisa, no tocante a 1993, aos crimes participados à PSP e à GNR, que apresentamos nas pessoas dos seus Directores-Gerais Dr. José de Seabra Lopes e Dr^a Ana Vaz.

Baseando-se o estudo, quase exclusivamente, nos dados referentes aos crimes participados à PJ - quanto aos crimes registados pelas outras entidades com competência para receberem denúncias, só são tidos em conta os dados da PSP e da GNR, e apenas no ano de 1993 -, e sabendo nós que só cerca de 20% dos crimes são investigados por aquela entidade, não pode este estudo apresentar-se senão como *uma parte* do estudo da criminalidade oficialmente recenseada. Mas a fragmentação do estudo era inevitável, se tivermos em conta que a pesquisa abrange os anos 1984-1993 e os dados da PSP e da GNR só neste último ano começaram a ser informatizados. Estudar, a partir de consulta manual, os milhares de participações dirigidas a ambas as entidades na década considerada constitui obviamente uma tarefa de dimensões inabarcáveis.

Todavia, para o período 1993-1999, actualmente objecto de investigação dos autores da presente obra, será já possível um estudo muito mais abrangente da criminalidade recenseada, graças não só a uma informatização dos registos policiais mais generalizada, mas também à intervenção do Ministério da Administração Interna, que veio apoiar e suportar financeiramente o tratamento e análise dos dados da PSP e GNR, após o CEJ, por contrato celebrado em Setembro de 1997⁽⁸⁾, ter assumido a responsabilidade pelo continuação do estudo, no tocante aos dados da Polícia Judiciária.

O relatório da pesquisa que ora se publica ficou concluído em 1997. No período que mediou entre a conclusão e a publicação do estudo, os seus principais resultados foram objecto de divulgação e análise em muitas realizações científicas, nomeadamente levados a efeito pelo Centro de Estudos Judiciários, no âmbito da formação permanente de magistrados (lembramos, por exemplo, as jornadas sobre "Investigação sócio-judiciária e aplicação do

⁽⁸⁾ Esse contrato confia à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (Gabinete de Investigação em Sociologia Aplicada - SOCINOVA) da Universidade Nova de Lisboa a continuação do estudo "Representação e Prática da Violência", a ser realizado com a coordenação dos Doutores Nelson Lourenço e Manuel Lisboa. O contrato foi celebrado ao abrigo do orçamento do PIDAAC do Centro de Estudos Judiciários, programa "Conflitualidade, marginalidade e crime na sociedade portuguesa", projecto "Observatório da violência, criminalidade e insegurança".

direito”, que decorreram no CEJ em Maio de 1997 e o colóquio sobre “Criminalidade hoje em Portugal – A realidade e a construção do imaginário”, organizado em colaboração com a Universidade do Minho / Instituto de Ciências Sociais, e que decorreu nas suas instalações, em Junho de 1998). A pesquisa interessou igualmente muitas outras entidades, que têm convidado os seus autores a apresentá-la em reuniões científicas por si levadas a efeito. Lembramos, pelo seu significado, o Supremo Tribunal de Justiça, relativamente ao Colóquio “Violência e Sociedade”, que teve lugar em Janeiro de 1998.

Para o Centro de Estudos Judiciários, nomeadamente para o seu Gabinete de Estudos Jurídico-Sociais, é uma honra ter promovido, financiado e acompanhado a realização de uma pesquisa tão marcante – pelo seu carácter inovador, pelo rigor da metodologia utilizada, pela nova informação que proporciona e pelas explicações avançadas para a sua compreensão –, cujo impacto, já sentido, será certamente acrescido com a publicação do presente livro.

A demora na publicação da obra, que lamentamos, acabou por determinar a sua vinda a lume num tempo mais sereno do que os anos transactos no que toca à análise do problema criminal. Na verdade, está hoje relativamente atenuada a tendência para a hipervalorização do crime como problema social e para o exacerbamento do medo dos cidadãos face ao mesmo, que conhecemos há bem poucos anos. Para esta maior serenidade face ao crime terá possivelmente contribuído, em certa medida, a adopção de políticas de reforço das redes de protecção e solidariedade social e de incentivo da confiança face ao futuro – sabe-se que as pessoas transferem facilmente para o crime sentimentos de medo derivados de outras circunstâncias, nomeadamente da insegurança face ao futuro, tornando os criminosos os “bodes expiatórios” de todas as suas dificuldades e frustrações. Esta maior serenidade face ao crime constitui um elemento propício à análise dos resultados da pesquisa, resultados esses que nos mostram – em consonância, aliás, com os obtidos noutras investigações, nomeadamente nos estudos de Boaventura de Sousa Santos e seus colaboradores e de Maria Rosa Crucho de Almeida a que anteriormente fizemos referência – que a criminalidade, embora tendo aumentado de modo significativo nos últimos anos (e sobretudo sendo bem mais elevada do que os números oficiais levam a supor⁽⁹⁾), não constituiu nunca um fenómeno tão alarmante e omnipresente como se pretendeu.

⁽⁹⁾ É hoje já do conhecimento generalizado - o dado foi obtido através dos inquéritos de vitimação do Gabinete de Estudos e Planeamento – que só cerca de 20% dos crimes são denunciadas pelas respectivas vítimas.

Para esta desproporção entre a intensificação do medo do crime e o aumento real do risco dos cidadãos de serem vítimas de crime terá certamente contribuído, para além de uma certa manipulação do medo, a maior exposição pública do crime, através do relevo que lhe foi dado pelos meios de comunicação social, em particular pela televisão, bem como a sensibilidade acrescida dos cidadãos face a determinadas formas de violência (por exemplo, contra as mulheres e contra as crianças), que os leva a não tolerarem hoje situações e atitudes que, em tempos ainda não muito remotos, eram consideradas “normais” e aceites de modo pacífico.

A problemática da construção das representações sociais face ao crime e dos consequentes sentimentos de insegurança constitui, aliás, uma questão muito cara aos Autores do presente livro – o tema perpassa em muitas das páginas deste e está no fulcro das anteriores publicações sobre “Representações da violência”⁽¹⁰⁾ e sobre “Violência, criminalidade e sentimento de insegurança”⁽¹¹⁾. Para a compreensão mais aprofundada do problema será determinante a próxima publicação pelo Gabinete de Estudos Jurídico-Sociais de uma nova obra dos autores – que desde já se anuncia – contendo a análise dos resultados do seu segundo inquérito⁽¹²⁾ sobre as representações sociais relativas à violência, matéria que, como dissemos nos princípios da presente nota, constituía a segunda vertente do estudo cuja realização foi acordada com o Centro de Estudos Judiciários.

Nos últimos meses, assistiu-se à publicação de várias obras relevantes no tocante à análise social do crime⁽¹³⁾. Saudamos este recente interesse da Sociologia pelo estudo do problema criminal, que tornou possível ultrapassar o aspecto desolador que a nossa realidade apresentava até há bem pouco no tocante ao conhecimento científico nesta área. Esperamos que novos trabalhos se lhes juntem – os estudos, por muitos que sejam, nunca são demais! Está aberto o caminho para uma frutuosa troca de reflexões entre todos aqueles que dispõem de reais conhecimentos nesta área. O Gabinete de Estudos Jurídico-Sociais, dentro das suas competências, quer manter-se no âmbito desse debate, publicando e divulgando outras pesquisas entretanto

⁽¹⁰⁾ Citado na nota 5.

⁽¹¹⁾ Publicado na revista *Textos*, editada pelo Centro de Estudos Judiciários, nº 2 (1991-92/1992-93).

⁽¹²⁾ O primeiro inquérito esteve na base do já mencionado livro *Representações da violência*.

⁽¹³⁾ Vejam-se, nomeadamente, Eduardo Viegas Ferreira, *Crime e insegurança em Portugal – Padrões e tendências, 1985-1996*, Celta Editora, 1998 e Elza Maria Henriques Deus Pais, *Homicídio conjugal em Portugal*, Hugin Editores, 1998.

concluídas⁽¹⁴⁾, promovendo ou realizando novos estudos, fomentando o encontro entre todos aqueles a quem podem ser úteis os seus resultados e que podem contribuir para a sua compreensão – nomeadamente magistrados, advogados, professores e investigadores universitários; autoridades de polícia criminal, técnicos dos serviços que exercem funções na área da administração da justiça. Esperamos contar com todos aqueles que nos têm acompanhado no caminho até agora percorrido e tornar possível que outros se nos venham juntar.

Eliana Gersão

*Directora-Adjunta para a Área de Estudos e Investigação e
Directora do Gabinete de Estudos Jurídico-Sociais do CEJ*

Dezembro de 1998

⁽¹⁴⁾ Encontram-se em curso de publicação os livros *Vitimação juvenil*, de Pedro Moura Ferreira (Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa), *Socialização das crianças de rua e lógicas de intervenção das redes de suporte social*, de José Luís dos Santos Castro, *A justiça laboral em Portugal numa perspectiva socio-jurídica*, de António Casimiro Ferreira (Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra) e *Comunicação social e representações do crime*, de Pierre Guibentif e colaboradores, e ainda, como consultor, José Manuel Paquete de Oliveira (Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa – Departamento de Sociologia).

NOTA PRÉVIA

Este livro é o resultado de um estudo realizado no quadro de um protocolo firmado entre a Universidade Nova de Lisboa e o Centro de Estudos Judiciários (CEJ). O projecto de investigação que deu origem a este trabalho insere-se no âmbito de um programa de investigação sobre a violência e a criminalidade que os autores vêm desenvolvendo, de um modo estruturado e coerente, no sentido de assegurar a análise sistemática de um tema complexo que se articula de um modo intenso com os processos de mudança social.

Tendo iniciado a investigação em 1990 com um estudo sobre as representações sociais da violência, entretanto publicado pelo CEJ, seguiu-se a realização do projecto que dá corpo a este livro, dedicado à análise da evolução da criminalidade participada à Polícia Judiciária, no período de 1984 a 1993. Em fase de ultimateção está a análise de um segundo inquérito às representações sociais da violência, a publicar pelo CEJ no ano de 1999.

Um estudo sobre a violência contra as mulheres, efectuado a partir de um inquérito de vitimação lançado a nível nacional e realizado no quadro de um protocolo firmado entre a Universidade Nova de Lisboa e a Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres foi publicado em 1997.

Em 1997 e sob um protocolo firmado entre a UNL e o Ministério da Administração Interna, deu-se início a um estudo sobre a criminalidade participada à PSP e à GNR, em 1996 e 1997. A análise da evolução espacial

da criminalidade participada àquelas polícias e o seu cruzamento com indicadores sócio-económicos constitui o objectivo deste estudo.

Em Setembro de 1997, foi assinado um novo Protocolo entre o CEJ e a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, com vista à elaboração de um estudo da evolução da criminalidade participada à Polícia Judiciária para o período de 1994 a 1999. Será, assim, possível conhecer a evolução da criminalidade participada à PJ ao longo do período de 15 anos (1984 a 1999) para os quais existe informação em suporte informático. Este trabalho inscreve-se no objectivo traçado pelo Autores, com o imprescindível apoio do CEJ, de proceder à análise longitudinal da criminalidade, considerada como instrumento indispensável ao conhecimento aprofundado das tendências de evolução do crime em Portugal.

Este programa de investigação tem contado, desde sempre, com o apoio institucional do Centro de Estudos Judiciais e a colaboração inestimável do Dr. Armando Leandro, seu Director ao tempo da celebração dos protocolos, e da Dra. Eliana Gersão, Directora-Adjunta para a Área de Estudos e Investigação.

A concretização deste livro contou com o apoio valioso e a indispensável colaboração da Polícia Judiciária. Os Autores agradecem à Polícia Judiciária e à sua Direcção-Geral, ao Serviço de Informática, no qual se destaca a Eng.^a Fátima Rolo, e ao DCRIPS, particularmente na pessoa do Dr. José Brás, o acolhimento e a total disponibilidade manifestada ao longo do trabalho. A informação relativa à Polícia de Segurança Pública e à Guarda Nacional Republicana, para o ano de 1993, foi disponibilizada pelo Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Justiça.

Os Autores.

ÍNDICE

Nota do Gabinete de Estudos Jurídico-Sociais	5
Nota Prévia	12
Introdução	15
CAPÍTULO I - ASPECTOS METODOLÓGICOS	27
1. Estratégias de investigação	29
2. Os dados: crítica das fontes das estatísticas criminais	30
3. Técnicas de tratamento e análise	38
CAPÍTULO II - A CRIMINALIDADE SEGUNDO O TIPO DE CRIME	41
1. Visão global integrada	43
2. Crimes contra as pessoas	45
3. Crimes contra o património	49
4. Crimes contra os valores e interesses da vida em sociedade	54
5. Crimes contra o Estado	56
6. Crimes referentes à legislação avulsa	58
7. Crimes de natureza económica	60
8. Crimes contra o ambiente	63
9. Crimes de natureza informática	64

CAPÍTULO III - ALGUMAS CARACTERÍSTICAS CONHECIDAS NA CRIMINALIDADE RECENSEADA NAS ESTATÍSTICAS OFICIAIS	67
1. Distribuição geográfica por tipo de crime	69
2. Caracterização dos intervenientes nos processos por crime (1984-1993)	83
3. Criminalidade participada à PSP e GNR (1993)	101
CAPÍTULO IV - REGULARIDADES ENTRE CRIMES: SAZONALIDADES E ASSOCIAÇÕES	111
1. As sazonalidades dos crimes relativos aos processos entrados na Polícia Judiciária	113
2. Associação entre crimes relativos aos processos entrados na Polícia Judiciária	135
CAPÍTULO V - INDIVÍDUOS COM CLASSIFICAÇÃO POLICIAL: ALGUNS PERFIS DE CRIMINALIDADE	143
1. Características socioculturais dos presos e arguidos com classificação policial na Polícia Judiciária	146
2. Para um esboço dos perfis criminais dos arguidos e presos	152
Conclusão	159
Bibliografia	165
Anexos	169
Anexo 1	171
Anexo 2	185
Anexo 3	285
Anexo 4	317
Anexo 5	321